



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

ESTADO DE SÃO PAULO

AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA/2026

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 - LOA-INICIAL/2026 DO MUNICÍPIO DE BARIRI.

Aos quatorze (14) dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco (2025), nesta cidade de Bariri - Estado de São Paulo, na sede da Câmara Municipal, localizada no piso superior do prédio da Prefeitura, situada na Rua Francisco Munhoz Cegarra, 126, às dezenove horas (19:00), conforme Edital nº 09/2025, publicado no quadro próprio de avisos; no Diário Oficial Eletrônico do Município edição nº 2009/2025 e divulgado no site da Câmara. No horário estabelecido, foi aberta a AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre a Lei Orçamentária para o exercício vindouro do ano dois mil e vinte e cinco - LOA/2025 em atendimento da Lei Complementar nº 131, de 27/05/2009, e artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, objetivando transparência na tramitação legislativa do **PROJETO DE LEI** número **55/2025**, do Prefeito, que trata da **LEI ORÇAMENTÁRIA - LOA/2026**, para o exercício de dois mil e vinte e seis, que estima as receitas e fixa as despesas do Município em R\$ 207.352.000,00 (duzentos e sete milhões e trezentos cinquenta dois mil reais). A audiência foi aberta e presidida do vereador Daniel Oliveira Rodrigues, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, auxiliado pelos vereadores Paulo Fernando Crepaldi, e vereadoras Aline Mazo Prearo e Priscila Domingos, contando com a presença de representantes de entidades de nossa cidade, conforme lista de presença anexa. Em seguida foi apresentado o respectivo Projeto de Lei do Orçamento, número 055/2025 do prefeito, cujo texto fora previamente divulgado e disponibilizado a população, conforme Portaria nº 13/2025, de 31/10/2025. O presidente, Daniel apresentou os dados da LOA e informou que: A arrecadação estimada para 2025 era de R\$ 170 milhões. - Para 2026, a previsão havia aumentado para R\$ 207 milhões. - A LDO e o PPA haviam sido enviados anteriormente com valor previsto de R\$ 190 milhões, diferença que foi registrada em ata. - Ele também solicitou que fosse registrada a redução orçamentária do setor social, cuja previsão caiu de R\$ 7.310.000 em 2025 para R\$ 6.701.000 em 2026, redução de aproximadamente 8%, apesar da relevância da área no atendimento à população vulnerável. - Daniel pediu ainda que fosse registrado o aumento do repasse às entidades. - A vereadora Aline Mazo Prearo reforçou sua preocupação com a diminuição de recursos do social. Ela destacou que, embora a arrecadação geral tivesse aumentado (de R\$ 190 milhões para R\$ 207 milhões), todas as pastas receberam acréscimo, exceto o setor social, que sofreu redução superior a R\$ 1 milhão. - Representantes de entidades destacaram que: - Crianças acolhidas deixavam de receber visitas familiares porque não havia veículo disponível, situação já registrada em ata de audiência judicial. - O orçamento de 2025 não poderia ser baseado no ano atual, pois 2024 foi extremamente precário, com serviços operando sem condições mínimas. - Houve falta de planejamento, ausência de diálogo com CRAS, CREAS e entidades, e recursos que sobraram porque não foram executados, não por falta de demanda. - Como exemplo, relatou que as cestas básicas não atenderam nem metade das famílias necessitadas, houve meses de atraso, e mesmo assim sobrou recurso — evidência de má gestão. - Os equipamentos sociais estavam sucateados, faltavam visitas domiciliares, vacinas e acompanhamento adequado às famílias e crianças acolhidas. - Defendeu um planejamento adequado por segmento (como Lar Vicentino e LAV) antes da definição orçamentária. Relataram que a instituição APAE não recebia reajuste há três anos, apesar de apresentar anualmente o valor necessário para executar seus serviços. - O reajuste previsto de 5% foi considerado insuficiente, devido a uma defasagem acumulada de quase 20%. - A entidade pediu que a reavaliação do reajuste fosse registrada em ata. - A prefeitura não consultava as entidades para definir os valores dos chamamentos. - Para 2025, 19 pedidos foram atendidos



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

ESTADO DE SÃO PAULO

nas emendas impositivas. - Para 2026, o número subiu para 29 pedidos, devido ao aumento significativo de demandas. - Relação das entidades e valores das emendas impositivas

ENTIDADES

- Associação Esporte Clube Arrudão – R\$ 118.220,27
- LAV – Lar, Amor e Vida – R\$ 44.180,87
- Associação Fios de Afeto – R\$ 43.135,00
- Amigos do Livra / Associação Esporte Clube Filengão – R\$ 50.085,27
- Associação Esporte Clube Filengão – R\$ 25.000,00
- Associação Cultural Quilombo de Bariri – R\$ 111.135,00
- Creche Madre Leônia – R\$ 109.180,70
- Museu Mario Fava de Bariri – R\$ 58.220,27
- CPS – Centro de Promoção Social da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Bariri – R\$ 137.315,87
- Grupo Escoteiro Bariry – R\$ 25.085,27
- Bombeiros – R\$ 149.180,87
- ABLA – Academia Baririense de Letras e Artes – R\$ 10.000,00
- Associação Educart – R\$ 24.180,87

SAÚDE

- Santa Casa – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Bariri – R\$ 591.865,63
- Lar Vicentino – R\$ 220.143,63
- AFAPABI – Associação Francisco de Assis Protetora dos Animais de Bariri – R\$ 130.056,09
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bariri – R\$ 508.531,59

UNIDADES

- Creche Marina Budin – R\$ 83.135,00
- EMEF Prof.ª Julieta Rago Foloni – R\$ 53.135,00
- EMEF Prof.ª Angela Maria Prearo Fortunato – R\$ 23.140,27
- EMEF Prof.ª Joseane Bianco – R\$ 25.085,27
- EMEF Prefeito Modesto Masson – R\$ 35.000,00
- Creche Carmen Sola Modolin Aquilante – R\$ 40.000,00
- EMEF Prof.ª Rosa Benatti – R\$ 85.000,00
- EMEI 1 Prof.ª Laura de Almeida Kronka – R\$ 15.000,00
- EMEI 4 Prof.ª Yone Belluzzo Foloni – R\$ 30.000,00
- EMEI 6 Prof.ª Mirna Aparecida Marino Fischer – R\$ 7.085,27
- Banda Marcial Alexandre Giuliano Gallo (Corpo Musical) – R\$ 15.000,00
- Banda Marcial Alexandre Giuliano Gallo (Corpo Coreográfico) – R\$ 24.180,87
- Corpo de Bombeiros – R\$ 149.180,87
- Diretoria de Administração Pública (compra de computadores) – R\$ 40.000,00
- Diretoria de Saúde (Atenção Básica) – R\$ 130.085,27
- Diretoria de Saúde (Vigilância Epidemiológica) – R\$ 370.170,54

Nada mais havendo a constar, foi encerrada esta audiência, sendo lavrada está Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente da comissão de finanças e orçamento e demais vereadores.

Comissão de Justiça e Redação

X
Aline Prearo Mazo - vice-presidente

X
Priscila Domingos - membro

Comissão de Finanças e Orçamento

X
Daniel Oliveira Rodrigues - presidente

X
Paulo Fernando Crepaldi - vice-presidente